

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
PREGÃO 07/2010-SR/DPF/MS

---SIAPRO---
SR/DPF/MS
08335.XXXVVV/2010

MINUTA DE CONTRATO Nº. XX/2010-SR/DPF/MS

**CONTRATO QUE SE CELEBRA ENTRE A
UNIÃO FEDERAL, REPRESENTADA PELA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, E A
EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ XXXXXXXXXXXXX NA FORMA ABAIXO:**

A União, representada pela SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, sito na Rua Fernando Luiz Fernandes, nº 322 – Vila Sobrinho, Campo Grande/MS – Cep: 79.110-500, com o CNPJ nº 00.394.494/0084-63, neste ato denominada CONTRATANTE e representada pelo Senhor Superintendente Regional o Senhor **JOSÉ RITA MARTINS LARA, Delegado de Polícia Federal, residente nesta capital, portador da Cédula de Identidade nº 878541 SSP/DF e inscrito no CPF/MF sob nº 450.521.076-68**, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, situada à Rua Barbosa, 3059 Centro Campo Grande/MS, inscrita no CNPJ nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** doravante denominada CONTRATADA e representada por **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileira, portador do CPF nº **YYYYYYYYYYYY** e Cédula de Identidade nº **ZZZZZ SSP/MS**, tem, entre si, justo e avençado, e celebram o presente contrato que será regido pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

1.1. - Contratação de serviços especializados na área de Tecnologia da Informação - TI, visando o atendimento das necessidades da SR/DPF/MS - Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, para a execução continuada de atividades de Processo de tratamento de incidentes e solicitação de serviços, com suporte técnico, remoto e presencial (Service Desk).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

2.1. – Os serviços estão detalhados no Anexo I do Edital (Termo de Referência), elativo ao Pregão Eletrônico, constante no processo nº 08335.018484/2010-53, o qual é parte integrante deste Contrato.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. – O início da prestação dos serviços se dará em 10 (dez) dias úteis da assinatura do contrato, preferencialmente no primeiro dia do mês mais próximo.

3.1.1. Caso não seja possível o cumprimento do prazo referido no subitem anterior, será calculado, para efeitos de pagamentos, o valor proporcional a trinta dias no primeiro mês de prestação dos serviços.

3.1.2. Poderá ser autorizado o início da prestação dos serviços em prazo menor se a CONTRATADA se declarar inteiramente apta à assunção plena dos serviços.

3.2. – A execução das ordens de serviço, para atendimento presencial, deverá ser realizada nas dependências da CONTRATANTE.

3.2.1. Não há a obrigatoriedade de manter os profissionais necessários para execução dos serviços nas dependências da CONTRATANTE em tempo integral, cabendo à empresa CONTRATADA observar os prazos de início (conforme criticidade) e fim das atividades, e alocar o pessoal da forma mais conveniente para o atendimento das demandas.

3.3. O atendimento presencial será realizado nas dependências do Departamento de Polícia Federal nos seguintes endereços:

a) SR/DPF/MS

Rua Fernando Luiz Fernandes, nº 322, Vila Sobrinho - Campo Grande/MS

b) DPF/DRS/MS

Rua Aziz Rasselen, nº 360, Jd. Tropical – Dourados/MS

c) DPF/PPA/MS

Av. Presidente Vargas, nº 70, Centro - Ponta Porã/MS

d) DPF/NVI/MS

Av. Mato Grosso, nº 1.215, Centro – Naviraí/MS

e) DPF/CRA/MS

Praça da República, nº 51, Centro – Corumbá/MS

f) DPF/TLS/MS

Rua Joaquim Murtinho, nº 3.261, Jd. Angélica - Três Lagoas/MS

3.4. Eventualmente, poderá ser solicitado atendimento presencial em outros locais, visando apoiar atividades da CONTRATANTE, como em exposições, fiscalizações, seminários e outros.

3.5. Os deslocamentos dos prestadores de serviços, necessários ao atendimento das demandas, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

3.6. Deverá ser considerado que, por intermédio de Laudos de Avaliação Ambiental, as Unidades SR/DPF/MS, DPF/CRA/MS, DPF/DRS/MS, DPF/NVI/MS, DPF/PPA/MS e DPF/TLS/MS, foram declaradas áreas de periculosidade, em razão de armazenamento de munições, pólvora, explosivos, produtos químicos, inflamáveis e agentes biológicos.

CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1. A execução do contrato será baseada no conceito de delegação de responsabilidade, que define a CONTRATANTE como responsável pela gestão do contrato e ateste do padrão dos serviços executados, e a CONTRATADA como responsável pela execução dos serviços e gestão de seus recursos humanos.

4.2. A gerência e tratamento dos incidentes e solicitações do usuário serão apoiados por ferramenta adequada chamada de SGSD (Sistema de Gestão de Service Desk) que atribuirá para cada incidente ou solicitação um identificador (chamado ticket) e será usado para armazenar todo o histórico do tratamento dado ao incidente ou solicitação. Essa ferramenta, fornecida pelo CONTRATANTE, é usada para a contabilização dos serviços com vista a gerência dos ANS, e é responsabilidade da CONTRATADA manter seus registros atualizados em tempo real.

4.2.1. O SGSD equivale ao Sistema de Controle de Ordem de Serviço e o ticket a sua numeração.

4.3. Os microcomputadores instalados na central de atendimento deverão estar interligados em rede local, com acesso a todas as facilidades necessárias ao atendimento, tais como Internet, serviço de correio eletrônico, sistema específico para gestão de service desk, dentre outros.

4.4. Os chamados serão recebidos por meio do sistema disponibilizado na Intranet, ligações telefônicas direcionadas a uma central de atendimento, correio eletrônico, chat, dentre outros.

4.5. O link de comunicação de dados para acesso ao SGSD, e à base de conhecimento, deverá dispor de recursos de segurança e interligar o CONTRATANTE à central de atendimento.

4.5.1. A implementação, com todo ônus decorrente, será de responsabilidade da CONTRATADA

4.6. A CONTRATADA terá que manter a base de conhecimento atualizada, em tempo real, suportada por sistema gerenciador de banco de dados, contendo roteiros de atendimentos e scripts que permitam atendimento imediato aos chamados recebidos.

4.7. O pagamento será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e Relatório Mensal dos Serviços efetivamente executados no período, devidamente atestados pelo Fiscal do Contrato.

4.6. A presente contratação não envolve mão-de-obra com dedicação exclusiva.

CLÁUSULA QUINTA – ENTREGA E INSTALAÇÃO

5.1. O prazo e o local de execução dos serviços estão discriminados no Termo de Referência e anexos do edital do Pregão xx/2010-SR/DPF/MS, e no subitem **3.3.** deste instrumento contratual.

CLÁUSULA SEXTA - NÍVEIS DE SERVIÇO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

6.1. Níveis de serviço são critérios objetivos e mensuráveis, estabelecidos entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, com a finalidade de aferir e avaliar diversos fatores relacionados com os serviços contratados, quais sejam: qualidade, desempenho, disponibilidade, custos, abrangência/cobertura e segurança. Para mensurar esses fatores serão utilizados indicadores relacionados com a natureza e característica dos serviços contratados, para os quais são estabelecidas metas quantificáveis a serem cumpridas pela CONTRATADA.

6.2. Os indicadores de avaliação e respectivas metas foram definidos de acordo com a natureza e características de cada serviço e expressos em unidades de medida, como por exemplo: percentuais, tempo medido em horas, minutos ou segundos, números que expressam quantidades físicas, dias úteis e dias corridos.

6.3. A frequência de aferição e avaliação dos níveis de serviço será mensal, devendo a CONTRATADA elaborar relatórios gerenciais de serviços, apresentando-os à CONTRATANTE até o segundo dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço. Devem constar desse relatório, entre outras informações, os indicadores/metras de níveis de serviço alcançados, recomendações técnicas administrativas e gerenciais para o próximo período e demais informações relevantes para a gestão contratual. O conteúdo detalhado e a forma do relatório gerencial serão definidos pelas partes.

6.4. Indicadores de níveis de serviço – os serviços prestados serão medidos com base em indicadores e metas de níveis de serviço, vinculados a fórmulas de cálculo específicas, e deverão ser executados pela CONTRATADA de modo a alcançar as respectivas metas exigidas.

6.5. Os níveis de serviços e critérios de aceitação estão estabelecidos nos anexos do Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA REQUISIÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Na execução dos serviços a Contratada deverá utilizar os canais de comunicação propostos pelo DPF para o seu relacionamento com a Contratante, ou com empresa por ele designada

7.2. Os chamados serão recebidos por meio do sistema disponibilizado na Intranet, ligações telefônicas direcionadas a uma central de atendimento, correio eletrônico, chat, dentre outros.

7.3. O link de comunicação de dados para acesso ao SGSD, e à base de conhecimento, deverá dispor de recursos de segurança e interligar o CONTRATANTE à central de atendimento.

7.3.1. A implementação, com todo ônus decorrente, será de responsabilidade da CONTRATADA

7.4. Uma vez solicitado o serviço, a CONTRATADA deverá alocar, imediatamente, o profissional competente, de acordo com os serviços definidos no TR, o qual deverá ter sido aprovado, previamente, pelo fiscal do contrato designado pela CONTRATANTE, nos termos do art. 67 da Lei no 8.666/93.

7.5. Nos casos de serviços cujos prazos de atendimento não estejam formalizados em acordos de nível de serviço, a Contratada deverá apresentar prazo para execução da atividade em até 1 dia útil.

CLÁUSULA OITAVA - DA HOMOLOGAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. Os serviços prestados serão avaliados e homologados, até o 10º dia útil do mês subsequente ao de sua prestação, na reunião de entrega e análise do relatório gerencial mensal. A CONTRATADA deverá apresentar os níveis de serviço alcançados bem como as justificativas pelo não atendimento, caso existam. Todas essas informações, assim como eventuais melhorias a serem implementadas deverão constar do termo de homologação.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Compete à empresa CONTRATADA, a execução das atividades na forma estipulada no Edital, no Termo de Referência e seus anexos, e nesse Contrato.

9.2. Responsabilizar-se integralmente pela execução das atividades contratadas, nos termos da legislação vigente, de modo que sejam realizados com esmero e perfeição, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, obedecendo às normas e rotinas da SR/DPF/MS, em especial as que digam respeito à segurança, à confiabilidade e à integridade.

9.3. Comprovar, por meio de carta de apresentação ou outros documentos solicitados pela CONTRATANTE, as condições de habilitação e qualificação profissional dos seus empregados alocados na execução dos serviços, no início da execução do contrato e nos demais ingressos de funcionários.

9.4. Empregar, na execução dos serviços, pessoal devidamente qualificado, na forma preestabelecida no Edital e seus anexos.

9.5. Fornecer crachá de identificação e uniforme com identificação da CONTRATADA, de

uso obrigatório nas dependências da CONTRATANTE.

9.5.1. A CONTRATANTE poderá fornecer, a seu critério, crachá de identificação.

9.6. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela SR/DPF/MS na execução das atividades previstas.

9.7. Formalizar a indicação de preposto da empresa e substituto eventual, para o gerenciamento dos serviços técnicos e gestão administrativa do contrato, com poderes de representante legal para tratar dos assuntos relacionados ao contrato, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

9.8. Iniciar a execução dos serviços contratados, na forma e prazos previstos no Edital e seus anexos, e neste contrato, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.

9.9. Realizar, às suas expensas, na forma da legislação pertinente, os exames médicos para admissão e demissão de seus empregados, bem como os necessários durante a vigência do contrato de trabalho.

9.10. Prever e prover o pessoal necessário para a execução ininterrupta dos serviços, nos regimes contratados, obedecendo às disposições da legislação trabalhista vigente.

9.11. Substituir, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da notificação da CONTRATANTE, pessoal que apresente comportamento inadequado.

9.12. Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer situação que caracterize descumprimento das obrigações constantes do Termo de Referência.

9.13. Prestar os esclarecimentos solicitados, pertinentes ao objeto do contrato, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

9.14. Arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente, e quaisquer outros decorrentes da sua condição de empregador, apresentando mensalmente à SR/DPF/MS os documentos solicitados referentes à força de trabalho alocada nas atividades objeto do contrato.

9.14.1. Os documentos aludidos no subitem anterior são condição para liberação dos pagamentos das faturas apresentadas para liquidação.

9.15. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que venham a ser vítimas os seus empregados quando em serviço, em relação a tudo o que Leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem, bem como pelas demais exigências legais para o exercício das atividades.

9.16. Comunicar, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.17. Responder por perdas ou danos que vier sofrer a CONTRATANTE ou terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, da CONTRATADA ou de seus prepostos, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

9.18. Arcar com o ônus resultante de qualquer ação, demanda, custo ou despesa decorrente de contravenção, por culpa da CONTRATADA ou de quaisquer de seus profissionais, indicados ou prepostos, obrigando-se igualmente a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais movidas por terceiros, ligadas ao cumprimento deste contrato;

9.19. Manter durante a vigência do Contrato as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista, no prazo de 72 (setenta e duas) horas a partir da solicitação do CONTRATANTE.

9.20. Responsabilizar-se integralmente pela execução dos serviços, independente de ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do DPF.

9.21. Elaborar e apresentar à CONTRATANTE, mensalmente, Relatório Gerencial contendo detalhamento dos níveis de serviços executados versus acordados e demais informações necessárias ao acompanhamento do contrato e avaliação dos serviços, como o quantitativo por categoria dos serviços prestados e ou outras informações solicitadas pela CONTRATANTE.

9.22. Monitorar a qualidade dos produtos gerados e serviços prestados, com base em avaliação dos próprios usuários.

9.23. Encaminhar expediente à SR/DPF/MS, informando os nomes dos técnicos que estão autorizados a executar as atividades contratadas.

9.24. Fiscalizar o cumprimento do objeto do contrato, independente da fiscalização que será exercida pela SR/DPF/MS, arcando integralmente com os ônus decorrentes dessa obrigação.

9.25. Manter os profissionais alocados nos serviços com as competências e certificações exigidas nas descrições dos serviços, bem como capacitá-los nas tecnologias que venham a ser utilizadas durante a execução deste contrato.

9.25.1. Sempre que exigida pela SR/DPF/MS a CONTRATADA deverá comprovar a qualificação de seus funcionários, por currículos e certificados oficiais.

9.26. Manter os seus empregados informados quanto às normas disciplinares da CONTRATANTE, exigindo sua fiel observância, especialmente quanto à utilização, manutenção e a segurança das instalações, bem como à salvaguarda de documentos considerados sigilosos.

9.27. Responsabilizar-se pela conduta dos seus empregados e prepostos, e por quaisquer danos que estes, na execução dos serviços, venham ocasionar a SR/DPF/MS ou a terceiros, sendo facultado à CONTRATANTE descontar valores correspondentes a eventuais danos dos pagamentos devidos.

9.28. Manter os seus empregados atualizados tecnologicamente, promovendo os

treinamentos e participação em eventos de caráter técnico que permitam a execução dos serviços contratados em regime de excelência, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

9.29. Manter os seus funcionários qualificados nas ferramentas, metodologias, processos e tecnologias utilizados pela CONTRATANTE durante toda a vigência do Contrato

9.30. A CONTRATANTE, para todos os efeitos de aplicação das Leis nos 9.609/98 e 9.610/98 e regulamentos correlatos, deverá ser a única proprietária de licença para utilização dos programas de computador, projetos de arquitetura de redes, projetos de segurança da informação, artefatos desenvolvidos pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, assim como toda a documentação técnica relativa ao objeto contratado, devendo esta, para tanto:

a) Ceder à CONTRATANTE, mediante cláusula contratual, o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos/mantidos, logo após os seus recebimentos definitivos.

b) Entregar o projeto, suas especificações técnicas, documentação, códigos-fonte dos programas e todos os produtos gerados na execução do contrato em mídia a ser definida pelo DPF, logo após os seus recebimentos definitivos.

c) Ceder à CONTRATANTE, nos termos do artigo 111 da Lei no 8.666/93, c/c o art. 4º da Lei no 9.609/98, o direito patrimonial, a propriedade intelectual em caráter definitivo dos sistemas e resultados produzidos em consequência dos serviços, entendendo-se por resultados, quaisquer estudos, relatórios, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, fluxogramas, listagens de programas de computador (fonte ou executável) e documentação didática, em papel e em mídia eletrônica, sem ônus.

9.31. Não ceder, copiar ou utilizar, sem autorização prévia da CONTRATANTE, os produtos originados do contrato.

9.32. Não comercializar ou veicular publicidade, direta ou indireta, relacionada aos serviços prestados, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE.

9.33. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todos os assuntos de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros, que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato, devendo orientar seus empregados a guardar inteiro sigilo das informações e/ou conhecimento.

9.34. Tratar todo e qualquer projeto de arquitetura de redes, de segurança da informação e sistemas de informação desenvolvidos, incluindo sua documentação técnica, de propriedade exclusiva da CONTRATANTE, sendo vedada a cessão, locação ou venda a terceiros, exceto com prévia autorização formal da CONTRATANTE, sob as penas da Lei, mesmo após o término do contrato, conforme preceitua o § 2º do artigo 2º da Lei no 9.609, de 19 de fevereiro de 1998.

9.35. Disponibilizar ao Fiscal de Contrato, quando do início da execução dos serviços, termo

de sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e ciência das normas de segurança vigente no órgão ou entidade, assinado pelo representante legal do fornecedor e seus empregados diretamente envolvidos na contratação.

9.36. Providenciar a emissão e assinatura do termo de sigilo sempre que houver alteração no quadro de prestadores de serviço da CONTRATADA.

9.37. Assegurar que todos os privilégios de acessos a sistemas, informações e recursos de TI da CONTRATANTE sejam revistos, modificados ou revogados quando da transferência, remanejamento, promoção ou demissão de profissionais sob sua responsabilidade, observando a política de gestão de identidades da CONTRATANTE.

9.38. Assinar termo de ciência de que a estrutura computacional disponibilizada pela SR/DPF/MS não poderá ser utilizada para fins particulares, e que a navegação em sítios da Internet e as correspondências em meio eletrônico utilizando o endereço da CONTRATANTE ou acessado a partir dos seus equipamentos poderão ser auditadas.

9.39. Planejar, desenvolver, implantar, executar e manter os serviços objetos deste TR de acordo com os níveis de serviço estabelecidos pelo CONTRATANTE.

9.40. Observar e seguir, rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança da informação implementados no ambiente de TI do CONTRATANTE.

9.41. Manter, no local dos serviços, um Diário de Ocorrências em que conste a assinatura do Preposto nos registros de eventuais ocorrências diárias relativas à execução dos trabalhos.

9.42. Tomar todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrências da espécie forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências da SR/DPF/MS.

9.43. A seleção, a designação e a manutenção do quadro de profissionais alocados ao contrato são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

9.44. Manter com vínculo empregatício, atendendo as legislações trabalhistas em vigor, todos os profissionais constantes do seu quadro permanente, que estejam dedicados à execução dos serviços contratados.

9.45. Encaminhar, no início da execução do contrato e quando houver qualquer alteração no quadro de funcionário da CONTRATADA, carta de apresentação contendo os respectivos dados pessoais e informações quanto à habilitação e qualificação profissional de todos os seus empregados alocados na execução de serviços no CONTRATANTE.

9.46. Comunicar a CONTRATANTE, com antecedência mínima de 3 (três) dias, qualquer ocorrência de transferência, remanejamento ou demissão, para que seja providenciada a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do DPF colocados à disposição para realização dos serviços contratados.

9.47. Manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas em relação a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratar com a Administração Pública, apresentando, sempre que solicitado, os comprovantes de regularidade fiscal.

9.47.1. O não atendimento do disposto no subitem anterior enseja a rescisão unilateral do contrato objeto desta licitação por parte da administração.

9.48. O PAGAMENTO referente ao contrato objeto desta licitação ficará condicionado à comprovação, por parte da contratada, da manutenção de todas as condições de habilitação, aí incluídas a regularidade fiscal para com o FGTS e a Fazenda Federal, com o objetivo de assegurar o cumprimento do art. 2º da Lei nº 9.012/95 e arts. 29, incisos III e IV, e 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

9.49. Participar, dentro do período compreendido entre a assinatura do contrato e o início da prestação dos serviços, de reunião com uma equipe de técnicos da CONTRATANTE para alinhamento de expectativas contratuais.

9.49.1. A CONTRATANTE fará a convocação dos representantes da empresa e fornecerá previamente a pauta de reunião.

9.50. Providenciar e manter qualificação técnica adequada dos profissionais que prestam serviço para a CONTRATANTE, de acordo com as necessidades pertinentes à adequada execução dos serviços contratados.

9.51. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos profissionais alocados na execução dos serviços.

9.52. Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e social dos profissionais alocados, inclusive no que se refere à jornada de trabalho e ao pagamento de salário no prazo legal.

9.53. Arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregador, apresentando mensalmente à CONTRATANTE a comprovação de recolhimento do FGTS e INSS, referente à força de trabalho alocada a prestação dos serviços, objeto do contrato, sem a qual, não serão liberados os pagamentos das faturas apresentadas à liquidação.

9.54. Pagar todos os impostos, taxas, contribuições à previdência social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e acidentes de trabalho, emolumentos, quaisquer insumos e outras despesas diretas e indiretas que se façam necessárias à execução dos serviços contratados, mantendo rigorosamente em dia todas as obrigações devidas aos funcionários previstas em Acordo Coletivo de Trabalho em vigor.

9.54.1. A não comprovação de qualquer dos pagamentos impedirá a CONTRATANTE do pagamento da fatura até a regularização completa de todas as obrigações devidas.

9.54.2. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejarão o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções

cabíveis.

9.55. Conceder aos seus empregados os benefícios previstos nos acordos e convenções de trabalho vigentes para as respectivas categorias profissionais.

9.56. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que venham a ser vítimas seus empregados quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades.

9.57. Indenizar a SR/DPF/MS nos casos de danos, prejuízos, avarias ou subtração de seus bens ou valores, bem como por acesso e uso indevido a informações sigilosas ou de uso restrito, quando tais atos forem praticados por quem tenha sido alocado à execução do objeto do contrato, desde que devidamente identificado.

9.58. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos profissionais acidentados ou acometidos de mal súbito, em todos os locais que estão sendo realizados os serviços.

9.59. Realizar às suas expensas os exames médicos necessários na admissão e na demissão de seus empregados, durante a vigência do contrato de trabalho, na forma da legislação pertinente.

9.60. Disponibilizar sistema automatizado de gerência de Ordens de Serviço, atendendo aos requisitos mínimos elencados no item 8 - Modelo de Execução do Contrato, contido no Anexo I – Termo de Referência.

9.60.1. O referido sistema deve suportar todo fluxo automatizado de aprovação e aceite das ordens.

9.61. Ao final de cada mês a empresa deverá fornecer ao DPF arquivo eletrônico, em formato definido posteriormente pela CONTRATANTE, com a exportação de todas as ordens de serviço abertas e executadas naquele período.

9.62. A CONTRATADA deverá obrigatoriamente registrar todas as tarefas realizadas para o atendimento dos chamados no SGSD e/ ou na base de conhecimento disponibilizada pela CONTRATANTE ou constituída em razão da execução dos serviços.

9.63. Acompanhar as evoluções tecnológicas da CONTRATANTE, mediante eventual adaptação, migração de informações e substituição do uso de seus SGSD e base de conhecimento por outro que a CONTRATANTE venha a adotar.

9.64. Encaminhar mensalmente à CONTRATANTE todas as faturas dos serviços prestados.

9.65. Reportar imediatamente ao responsável designado pela CONTRATANTE qualquer anormalidade, erro ou irregularidade que possa comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que

cumpridas todas as formalidades, exigências das condições e preços pactuados do contrato.

10.2. Permitir o acesso dos profissionais da CONTRATADA, quando necessários para a execução dos serviços, às suas dependências, aos equipamentos de TI, aos softwares e à base de conhecimento, respeitando as normas que disciplinam a segurança do patrimônio, das pessoas e das informações.

10.3. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA por meio de seu preposto.

10.4. Fiscalizar e fixar prazo para correção dos serviços prestados, notificando por escrito, à CONTRATADA sobre quaisquer falhas e eventuais imperfeições na execução dos serviços.

10.5. Avaliar relatório mensal dos serviços executados pela CONTRATADA, observando os indicadores e metas de níveis de serviço alcançados.

10.5.1. Essa atribuição deverá ser exercida pelo Fiscal de Contrato designado pela CONTRATANTE.

10.6. Abrir processo administrativo, no caso de descumprimento contratual pela CONTRATADA.

10.7. Disponibilizar local adequado e os meios materiais necessários para a execução dos serviços nas dependências da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

11.1. O contrato terá vigência de doze meses a contar da data de assinatura, com eficácia a partir da publicação do extrato no D.O.U, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitadas a 60 (sessenta) meses, conforme disposto no art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/1993.

11.2. A previsão de prorrogação contratual na se reveste em direito subjetivo do contratado, conforme disposto no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

11.2.1. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação serão eliminados como condição para a renovação.

11.3. - Na prorrogação contratual, o DPF irá assegurar-se de que os preços contratados continuam compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa, em relação à realização de uma nova licitação.

11.4. - O DPF não renovará o contrato quando os preços estiverem superiores aos estabelecidos como limites em Portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, admitindo-se a negociação para redução de preços.

11.5. - O DPF não renovará o contrato quando a contratada tiver sido declarada inidônea ou suspensão no âmbito da União ou do próprio órgão contratante, enquanto perdurarem os

efeitos decorrentes de tal ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

12.1. – Deve a CONTRATADA:

a) Credenciar junto ao CONTRATANTE, seus profissionais autorizados a retirar e a entregar documentos e equipamentos, bem como aqueles que venham a ser designados para prestar serviços nas dependências do CONTRATANTE;

b) Identificar qualquer equipamento da empresa que venha a ser instalado nas dependências do CONTRATANTE, utilizando placas de controle patrimonial, selos de segurança, etc.;

c) Responsabilizar-se pela manutenção de sigilo absoluto, da parte de seus funcionários e prepostos, sobre informações, dados e documentos integrantes dos serviços a serem executados, inclusive com a assinatura de termo de responsabilidade e manutenção de sigilo próprio;

d) Não permitir que dados ou informações do CONTRATANTE a qual tenha acesso a CONTRATADA ou seus colaboradores, seja retirado das dependências do CONTRATANTE, não importando o veículo em que estes se encontrem, notadamente discos rígidos, discos óticos, memórias em estado sólido, documentos, mensagens eletrônicas ou outros;

e) Observar, rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de Tecnologia da Informação do CONTRATANTE;

f) Adotar critérios adequados para o processo seletivo dos profissionais, com o propósito de evitar a incorporação de pessoas com características e/ou antecedentes que possam comprometer a segurança ou credibilidade do CONTRATANTE;

g) Comunicar com antecedência mínima de 3 (três) dias ao CONTRATANTE qualquer ocorrência de transferência, remanejamento ou demissão, para que seja providenciada a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, porventura colocados à disposição para realização dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS REQUISITOS DE VIDA PREGRESSA DOS FUNCIONÁRIOS DA CONTRATADA

13.1. - Os funcionários da CONTRATADA que participarem dos serviços objeto desta contratação, deverão ter procedimento irrepreensível e idoneidade moral inatacável, que serão aferidos por meio de avaliação da vida pregressa e investigação social procedida pela Polícia Federal, sempre que a CONTRATANTE julgar necessário.

13.1.1. Quando solicitada, a CONTRATADA, deverá apresentar, em até 2 (dois) dias úteis, os seguintes documentos complementares destes funcionários:

- a) Cópia do comprovante da residência atual (água, luz, telefone, contracheque etc);
- b) Certidões negativas dos órgãos de distribuição da(s) cidade(s) na(s) qual(is) o funcionário tenha residido nos últimos cinco anos, abrangendo os feitos cíveis, criminais, de protestos de títulos, de interdição e de tutelas;
- c) Certidões negativas cíveis e criminais da Justiça Federal da(s) cidade(s) na(s) qual(is) o candidato tenha residido nos últimos cinco anos.

13.2. - A desaprovação pela CONTRATANTE de empregado da CONTRATADA será justificada formalmente pelos antecedentes do mesmo ou por deficiência técnica.

13.3. - A CONTRATADA deverá encaminhar carta de apresentação contendo os dados pessoais e informações quanto à habilitação e qualificação profissional dos funcionários alocados para atender ao contrato quando do início da execução do contrato e sempre que solicitado pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DIREITO PATRIMONIAL E PROPRIEDADE INTELECTUAL

14.1. - A CONTRATADA cederá ao CONTRATANTE o direito patrimonial e a propriedade intelectual, em caráter definitivo, dos sistemas desenvolvidos e resultados produzidos em consequência desta licitação.

14.1.1. Por resultados entenda-se quaisquer estudos, relatórios, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, diagramas, fontes dos códigos dos programas em qualquer mídia, páginas na Intranet e Internet e documentação didática em papel ou em mídia eletrônica

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DA TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E TRANSIÇÃO CONTRATUAL

15.1. – A transferência de conhecimento de soluções desenvolvidas deverá ser viabilizada, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE, conforme Plano de Transferência de Conhecimento a ser fornecido pela CONTRATADA, em eventos específicos, preferencialmente em ambiente disponibilizado pela CONTRATADA, e baseado em documentos técnicos e/ou manuais específicos da solução desenvolvida.

15.1.1. O cronograma e horários dos eventos deverão ser previamente aprovados pela CONTRATANTE.

15.2. Havendo necessidade de transição contratual, com mudança de fornecedor dos serviços, a CONTRATADA signatária do contrato em fase de expiração, assim considerado o período dos últimos três meses de vigência, deverá repassar para a vencedora do novo certame, por intermédio de eventos formais, os documentos necessários a continuidade da prestação dos serviços, bem como esclarecer dúvidas a respeito de procedimentos no relacionamento entre o CONTRATANTE e a nova contratada.

15.3. – A CONTRATADA ATUAL deverá descrever a metodologia, conforme planejamento prévio, a ser utilizada para transferência de conhecimentos aos técnicos da CONTRATANTE e da nova contratada, os quais poderão ser multiplicadores do conhecimento transferido a outros técnicos e usuários finais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1. – Será exigida a prestação de garantia pela Adjudicatária, como condição para a celebração do contrato, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, nos termos do art. 56 e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/93, optando-se por uma das seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) seguro – garantia; ou
- c) fiança bancária.

16.2. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na agência do Banco do Brasil, mediante depósito identificado a crédito da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Mato Grosso do Sul.

16.3. Cabe à Administração verificar a idoneidade da garantia, o que se fará com base em elementos objetivos.

16.4. Caso a opção seja por utilizar título da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

16.5. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.

16.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

16.7. No caso de alteração do valor do contrato a garantia deverá ser readequada nas mesmas condições deste.

16.8. A garantia oferecida deverá permanecer íntegra ao longo de toda execução do contrato. Caso seja utilizada para caucionar os interesses da SR/DPF/MS, a CONTRATADA deverá reapresentá-la em 48 horas, nos exatos termos inicialmente pactuados;

16.9. Fica vedado à CONTRATADA pactuar com terceiros, cláusulas de não ressarcimento ou não liberação do valor dado em garantia de multas por descumprimento pactual;

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. - O valor total estimado desse Contrato é de R\$ X.XXX.XXX,XX (XXXXXX XXXXXX XXXXXXXX) anuais, e em R\$ XX.XXX,XX mensais. As despesas com sua execução

correrão a cargo da CONTRATANTE, à conta do Orçamento Geral da União para os exercícios de 2011, a cargo da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, programa de trabalho nº 06.122.0750.2000.0001, elemento de despesa nº 3390.xx.xx, fonte nº 100, Gestão/Unidade 0001/30108, através da Nota de Empenho nº 2011NEXXXXXX.

17.2. – No exercício seguinte, subordinado à disponibilidade orçamentária, as despesas autorizadas para este Contrato, correrão à conta de créditos e empenhos específicos que serão indicados por meio de Termo Aditivo ou Apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA FORMA E CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e Relatório Mensal dos Serviços efetivamente executados no período, devidamente atestados pelo Fiscal do Contrato.

18.1.1. O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias a contar do atesto da Nota fiscal/Fatura.

18.1.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá vir acompanhada dos relatórios de que trata o subitem 26.3. do Termo de Referência – Anexo I do edital - e constando número do Contrato firmado com o Departamento de Polícia Federal, condições necessárias para o ateste dos serviços.

18.1.3. O Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, conforme item 17.1

18.2. Será procedida consulta “on-line” junto ao SICAF, antes de cada pagamento, para conferência das condições de habilitação exigidas na licitação.

18.2.1. Serão impressas declarações demonstrativas da situação da empresa contratada, que deverão ser juntadas aos autos do processo próprio.

18.3. O pagamento ficará condicionado à apresentação, em anexo à nota fiscal/fatura da prestação de serviços, de cópia da GFIP -Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, e cópia da GPS -Guia da Previdência Social, autenticadas na rede bancária autorizada, e de competência de recolhimento vencida imediatamente anterior à data de pagamento.

18.3.1. A GFIP e a GPS deverão:

- a)** ser preenchidas em nome da CONTRATADA;
- b)** ser emitidas para cada estabelecimento do CONTRATANTE.
- c)** estar acompanhadas de memória de cálculo, em papel timbrado da empresa, informando, respectivamente, os nomes dos funcionários, seus salários e os cálculos do FGTS e da Previdência Social de cada um, com totais iguais aos recolhidos na GFIP e na GPS.

18.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente qualquer irregularidade, inclusive comprovação da completa quitação das obrigações trabalhistas e previdenciárias, da folha de pagamento e valores referente às férias, caso existam.

18.5. O não cumprimento do previsto no subitem anterior permitirá a retenção do valor da fatura, para fins de garantia do cumprimento das obrigações, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, caracterizando inexecução parcial do contrato.

18.6. Nos casos de manutenção corretiva com substituição de peças, equipamentos ou acessórios, o prazo para normalização do sistema será de no máximo 1 dia útil após o fornecimento, pelo CONTRATANTE, do material necessário;

18.7. A Administração reterá na fonte o imposto sobre renda de pessoa jurídica – IRPJ, a contribuição sobre o lucro líquido - CSLL, a contribuição para a seguridade social – COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos a serem efetuados, exceto aos optantes pelo SIMPLES, mediante apresentação de cópia do termo de opção de que trata a IN/SRF nº 75, de 26/12/1996, conforme determina a Instrução Normativa Conjunta nº 23, de 02/03/2001, do Secretário da Receita Federal, do Secretário do Tesouro Nacional e do Secretário Federal de Controle.

18.8. O valor do pagamento será calculado conforme a efetiva execução dos serviços dentro dos níveis requeridos, descontadas as glosas, consoante gradação estabelecida neste Termo de Referência e seus anexos.

18.8.1. Para cada inadimplemento foram atribuídos pontos devidos.

18.8.2. A CONTRATADA sofrerá glosa de 1% (um por cento), sobre o valor da fatura mensal, a cada 15 pontos devidos.

18.9. A soma total dos percentuais de redução a ser aplicado a título de glosa não poderá ultrapassar o valor correspondente a 15% (quinze por cento) do valor de cada fatura mensal,

18.9.1. Caso o valor apurado para desconto ultrapasse este limite, o desconto restante será efetivado nas próximas faturas facultada, ainda, a rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação de outras sanções contratuais e legais.

18.10. O desconto correspondente às glosas será descontado da fatura do mês subsequente à sua apuração.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - REAJUSTE DO CONTRATO

19.1. – Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, exceto na hipótese de haver prorrogação de vigência contratual, mediante negociação entre as partes, tendo como limite máximo a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA , nos termos da Lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS ENCARGOS MORÁTORIOS

20.8. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tal, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = (TX/100) / 365$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

20.8.1. O presente critério aplicar-se-á aos casos de compensações financeiras por eventuais atrasos de pagamentos e aos casos de descontos por eventuais antecipações de pagamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

21.1. – A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor designado na condição de Fiscal do Contrato, o qual deverá:

- a) Manter registro de aditivos;
- b) Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e verificar o cumprimento integral da execução dos serviços;
- c) Manter registro de ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando todas as ações necessárias para a regularização das faltas ou defeitos;
- d) Receber, atestar e autorizar os documentos da despesa, quando comprovado o fiel e correto fornecimento dos serviços, para fins de pagamento;
- e) Comunicar, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidades, bem como efetuar as glosas na Nota Fiscal/Fatura;
- f) Promover as fiscalizações Inicial, Diária, Mensal e Especial, constantes na Instrução Normativa nº 02/2008 e nº 04 – MPOG.
- g) Encaminhar às autoridades competentes eventuais pedidos de modificação contratual.

21.2. – O fiscal comunicará, por escrito, eventuais deficiências verificadas no fornecimento, para imediata correção, sem prejuízo das sanções e glosas cabíveis.

21.3. – A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA quanto aos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do contrato ou, ainda, resultante de

imperfeições técnicas, vício redibitório ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior.

21.3.1. A ocorrência de qualquer dessas hipóteses não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, conforme dispõe o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

21.4. – A CONTRATANTE se reserva ao direito de rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do serviço, se em desacordo com o Contrato.

21.5. – Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA.

21.6. – O Fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento dos materiais, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

21.7. – Caberá à CONTRATADA a designação formal de um preposto para representá-la, em tempo integral, nas dependências do CONTRATANTE, para exercer a supervisão e controle do pessoal, inclusive quanto ao cumprimento da jornada de trabalho, respondendo por todos os atos e fatos gerados ou provocados pelos seus colaboradores.

CLÁSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

22.1. – A Contratada tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento;

22.2. – A Contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

22.2.1. – a comprovação será feita por meio de documentos, tais como: lista de preço de fabricante, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

22.2.2 – junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data de formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

22.2.3. – A Administração reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão do contrato.

22.3. – Independente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada para

negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado;

22.4. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos em lei, exceto as supressões resultantes de acordo celebrado entre os Contratantes e previstos em edital.

22.4. – As alterações decorrentes da revisão do contrato serão publicadas no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. - Sem prejuízo da aplicação de redutores nas Notas Fiscais / Faturas, referentes ao descumprimento dos acordos de níveis de serviços, previstos neste instrumento e no edital e anexos do processo referente a essa avença, os casos de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na legislação específica, podendo a Administração, garantidas a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

26.1.1. Advertência;

26.1.2. Multa de:

a) 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia devido à inexecução parcial das obrigações assumidas, incidentes sobre o valor devido no mês de ocorrência, limitada a incidência a 30 dias;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor devido no mês de ocorrência, no caso de atraso na execução do objeto por período superior a 30 dias;

c) 15% (quinze por cento) sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total do contrato, caracterizado também pela recusa em assiná-lo.

23.2. A aplicação da multa não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas.

23.3. A multa não se confunde com os descontos aplicados por glosa em razão de desatendimento de ANS.

23.4. A multa será aplicada após regular processo administrativo sendo descontada das faturas mensais subsequentes e ou da garantia apresentada;

23.5. Se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, a CONTRATADA responderá pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE, ou ainda, inscrita na Dívida Ativa da União e cobrada judicialmente.

23.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 2 (dois) anos;

23.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida

sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da suspensão;

23.8. Após a notificação e antes de ser aplicada a penalidade cabível, será facultado à CONTRATADA a apresentação de defesa prévia, observando-se os seguintes prazos:

a) 05 (cinco) dias, após a notificação, para as penalidades: advertência, multa e suspensão;

b) 10 (dez) dias para a penalidade de declaração de inidoneidade.

23.9. Decorridos 20 (vinte) dias sem que o contratado tenha, sem justificativa plausível, iniciado a prestação da obrigação assumida, ficará caracterizada a inexecução contratual, ensejando a sua rescisão e demais cominações legais.

23.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observando o princípio da proporcionalidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA RESCISÃO

24.11. - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações, a qual será formalmente motivadas nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

24.2. - A rescisão do contrato a ser assinado poderá ser:

24.2.1. - Determinada por ato unilateral da CONTRATANTE, na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;

24.2.2. - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE; ou

24.2.3. - Judicial, nos termos da legislação.

24.2.4. - Rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

24.3. - O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela contratada deverá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, podendo ser concedido para regularização na forma prevista no art. 34-A da IN 02/2008 SLTI/MPOG.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

25.1. - O presente CONTRATO poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas e adequadas justificativas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO À PROPOSTA

26.1. - O presente contrato fundamenta-se na lei 8.666/93;

26.2. - O presente contrato vincula-se aos termos relativo ao Pregão Eletrônico, constante

no processo nº 08335.002715/2010-YY e à proposta da CONTRATADA;

26.3. - Serão partes integrantes deste Contrato, independentemente de transcrição:

26.3.1. – Anexo I – Edital, Termo de Referência e seus anexos;

26.3.2. – Anexo II - Proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

27.1. - A execução deste contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54 da Lei n.º 8.666/93, combinado com o inciso XII do art. 55 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1. - A CONTRATANTE poderá, excepcionalmente, solicitar a execução dos serviços em dias, horários e locais distintos dos estabelecidos nas especificações técnicas, desde que a necessidade seja comunicada previamente à CONTRATADA e limitada ao estado de Mato Grosso do Sul.

28.2. - É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução dos serviços, objeto desta contratação.

28.3. Deverá ser comunicado, imediata e formalmente, ao CONTRATANTE eventual necessidade de prazo maior para a execução do serviço, com justificativas e proposta de novo prazo, as quais serão avaliadas pelo Gestor do Contrato;

28.4. - A empresa CONTRATADA deverá encaminhar ao responsável pela fiscalização do contrato Termo de Confidencialidade de todos os seus funcionários que prestam serviço na CONTRATANTE e seus órgãos integrantes.

28.5. - O Termo de Confidencialidade deverá conter os dados abaixo, de acordo com a Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências; e demais legislação aplicável.

28.5.1. - Nome do prestador, nº da RG; Órgão Expedidor; CPF; domicílio; cargo; timbre da empresa contendo CNPJ e nº do contrato a que se refere.

28.5.2 - Compromisso de manter o completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, materiais, pormenores, documentos, especificações técnicas ou comerciais, inovações e aperfeiçoamento de que venha a ter conhecimento ou acesso, ou que venha a ser confiada em razão da participação, na elaboração do serviço prestado, não podendo, sob qualquer pretexto, reproduzir, divulgar, ceder, dar conhecimentos a terceiros, sem anuência expressa da CONTRATANTE, sob as penas da Lei, mesmo após o término do contrato.

28.5.3. - Compromisso de garantir que as soluções tecnológicas que compõem os

serviços fornecidos não infrinjam quaisquer patentes, direitos autorais ou segredos industriais, responsabilizando-se pelos prejuízos, inclusive honorários advocatícios – custas e despesas processuais ou quaisquer despesas ou ônus decorrentes de ação judicial ou processo contra a CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

29.1. - O presente Contrato será publicado, em resumo, no DOU, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, ocorrendo às despesas com a publicação por conta da Administração.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DO FORO

30.1. – As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Campo Grande/MS, Seção Judiciária do Mato Grosso do Sul, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.

30.2. – E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, e pelas testemunhas abaixo.

Campo Grande / MS , _____ / _____ / _____.

CONTRATANTE:

JOSÉ RITA MARTINS LARA
Superintendente Regional

CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX LTDA

TESTEMUNHAS:

a).....
CPF:

b).....
CPF: